

CAPÍTULO 9

Desafios e obstáculos da agroecologia

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-44-2.c9>

Resumo

A consolidação da agroecologia ainda enfrenta um conjunto complexo de desafios e obstáculos que se manifestam em diferentes dimensões, destacando as institucionais, informacionais, econômicas e socioculturais. A resistência institucional emerge como uma barreira significativa, evidenciada por políticas públicas ainda orientadas à agricultura convencional, o que limita o acesso a incentivos e reconhecimento para práticas sustentáveis. Paralelamente, a escassez de informação qualificada e acessível compromete a capacidade dos agricultores de implantar sistemas agroecológicos com segurança e eficiência, reforçando desigualdades no acesso ao conhecimento. No âmbito econômico, os custos iniciais de transição e a dificuldade de acesso ao crédito representam entraves importantes, embora estratégias como circuitos curtos de comercialização, diversificação produtiva e organização coletiva apontem caminhos viáveis de superação. Soma-se a isso a influência de fatores sociais e culturais, como o ceticismo, a desvalorização de saberes tradicionais e até dinâmicas de desestímulo entre pares, que podem dificultar a difusão das inovações. Apesar desse cenário complexo, o capítulo evidencia experiências de resistência e criatividade em diferentes regiões do Brasil, revelando que a agroecologia se fortalece por meio da cooperação, da valorização dos saberes locais e da construção coletiva. Assim, os desafios, embora expressivos, configuram-se também como oportunidades de transformação rumo a sistemas agrícolas mais sustentáveis, resilientes e socialmente justos.

Palavras-Chave: Agroecologia. Resistência institucional. Extensão rural. Sustentabilidade. Agricultura familiar. Políticas públicas. Conhecimento tradicional. Economia rural. Transição agroecológica. Inovação social.

9.1. Resistência Institucional

Ao discutir a agroecologia, torna-se inevitável abordar um aspecto frequentemente invisibilizado fora do contexto rural: a resistência institucional enfrentada por agricultores que buscam adotar práticas mais sustentáveis. Essa resistência se manifesta de forma estrutural e simbólica, estando, em grande medida, enraizada em políticas públicas e modelos de desenvolvimento agrícola historicamente orientados para a intensificação produtiva, o uso de insumos externos e a lógica da monocultura. Nesse cenário, diretrizes que deveriam fomentar a inovação e a sustentabilidade acabam, paradoxalmente, por reforçar práticas convencionais, dificultando a transição para sistemas agroecológicos (Figura 1).

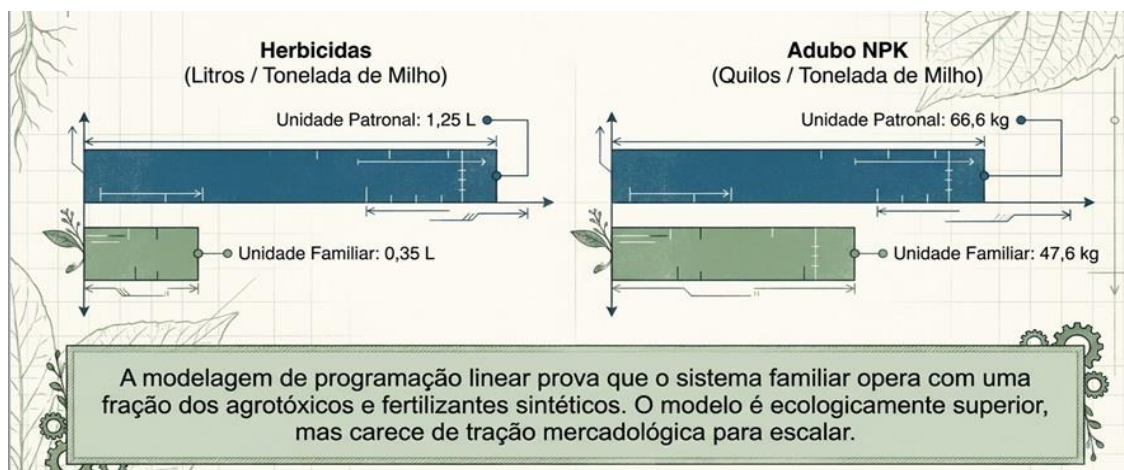


Figura 1. Diagnóstico de eficiência: o caso do milho no Rio Grande do Sul. Fonte: elaboração própria (2026), com auxílio de IA (NotebookLM).

Para ilustrar essa realidade, podemos considerar a trajetória de um agricultor familiar convencional. Movido pelo desejo de cultivar sua terra de forma mais equilibrada com o meio ambiente, ele se aproxima da agroecologia com entusiasmo e expectativa. No entanto, ao buscar apoio institucional, depara-se com barreiras recorrentes: linhas de crédito direcionadas prioritariamente à aquisição de insumos químicos, assistência técnica pouco alinhada aos princípios agroecológicos e ausência de políticas de incentivo específicas. Sua experiência revela uma dissonância entre o discurso da sustentabilidade e a

prática institucional vigente, evidenciando a dificuldade de inserção de propostas inovadoras em estruturas ainda conservadoras.

Essa resistência não se limita à ausência de apoio, mas também decorre de lacunas informacionais e de uma racionalidade produtivista que privilegia ganhos imediatos em detrimento da sustentabilidade em longo prazo. A pouca familiaridade de técnicos e gestores com os fundamentos da agroecologia contribui para a reprodução de modelos homogêneos de produção, frequentemente desconsiderando a complexidade dos agroecossistemas e os saberes locais. Como resultado, práticas inovadoras desenvolvidas em comunidades rurais, muitas vezes baseadas na troca de experiências, na diversidade produtiva e na valorização da biodiversidade, permanecem à margem das agendas institucionais (Figura 2).

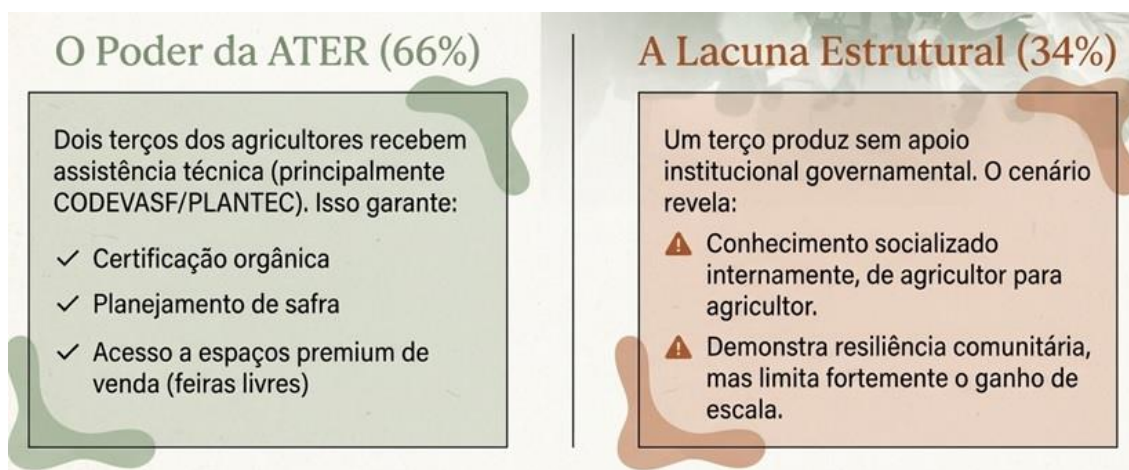


Figura 2. A força e a falta da assistência técnica. Fonte: elaboração própria (2026), com auxílio de IA (NotebookLM).

Nesse contexto, torna-se fundamental promover a construção de espaços de diálogo entre agricultores, pesquisadores, extensionistas e formuladores de políticas públicas. A valorização das experiências locais e o reconhecimento da diversidade de estratégias produtivas são elementos-chave para a construção de políticas mais inclusivas e eficazes. Além disso, é necessário repensar os instrumentos de apoio à agricultura, incorporando critérios que considerem não apenas a produtividade, mas também a conservação ambiental, a qualidade dos alimentos e o bem-estar das comunidades rurais (Figura 3).

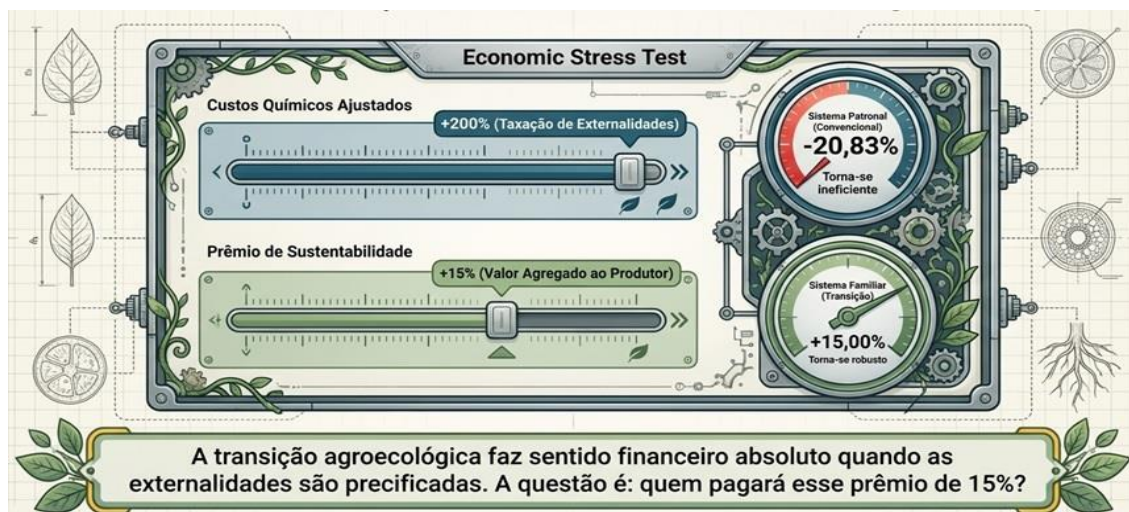


Figura 3. Simulando a transição: a matemática a favor da transição. Fonte: elaboração própria (2026), com auxílio de IA (NotebookLM).

A Figura 3 evidencia que a incorporação das externalidades, especialmente os serviços ecossistêmicos, contribui de forma decisiva para o avanço da transição agroecológica. Nesse contexto, a resistência institucional, embora constitua um entrave relevante, pode também ser interpretada como um ponto de inflexão, ao revelar os limites das estruturas vigentes e a urgência de sua transformação.

Esse cenário demanda a construção de um novo paradigma agrícola, fundamentado na sustentabilidade, na equidade e no diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Mais do que remover obstáculos, o desafio consiste em redefinir as bases do desenvolvimento rural, criando condições para que a agroecologia deixe de ocupar uma posição periférica e se afirme como uma estratégia consistente e transformadora.

Neste mês de abril de 2026, no âmbito das estratégias de fortalecimento da agricultura familiar e em consonância com os princípios da transição agroecológica, destaca-se a atuação do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar (Funsaf) no município de Alegre. A iniciativa, com investimento aproximado de R\$ 1 milhão, contemplou associações de agricultores familiares vinculadas aos assentamentos Floresta, Feliz Lembrança e Varjão do Norte, por meio da disponibilização de equipamentos voltados à ampliação da capacidade produtiva e à melhoria das condições de trabalho no meio rural.

Entre os bens adquiridos, incluem-se dois veículos, uma plantadora de cereais, três *freezers*, uma miniescavadeira e um trator agrícola cabinado com carreta tracionada. Os recursos foram viabilizados pelo Funsaf, em articulação com a Secretaria de Estado da Agricultura e a Subsecretaria de Estado da Agricultura Familiar, evidenciando o papel das políticas públicas no apoio direto às unidades produtivas familiares.

Essa ação ilustra como o investimento institucional, quando orientado por uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, pode contribuir para a dinamização econômica local, o fortalecimento das organizações sociais no campo e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, reforçando a importância de iniciativas que integrem apoio financeiro, infraestrutura e valorização dos sujeitos rurais.

9.2. Acesso à informação, extensão rural e dinâmicas sociais na difusão da agroecologia

O acesso à informação qualificada constitui um dos pilares fundamentais para a adoção e consolidação de práticas agroecológicas. No entanto, a realidade vivenciada por muitos agricultores evidencia um cenário marcado por assimetrias informacionais, dificuldades de acesso a conteúdos técnicos confiáveis e limitações nos serviços de assistência e extensão rural. A transição para sistemas produtivos mais sustentáveis exige não apenas disposição para a mudança, mas também suporte técnico consistente, contextualizado e contínuo.

Sob uma perspectiva mais humanizada, é possível compreender esse desafio ao observar a trajetória de pequenos produtores que, motivados pela busca de alternativas ao modelo convencional, iniciam um processo de aprendizagem muitas vezes solitário e permeado por incertezas. A escassez de fontes confiáveis, aliada à difusão de informações fragmentadas ou contraditórias, especialmente em ambientes digitais, pode gerar insegurança e comprometer a tomada de decisão. Sem o devido acompanhamento técnico, erros de manejo tornam-se frequentes, impactando negativamente os resultados produtivos e, conseqüentemente, a confiança do agricultor no processo de transição.

Além disso, a distribuição desigual do conhecimento entre comunidades rurais evidencia um problema estrutural: enquanto alguns agricultores têm acesso a capacitações, redes de apoio e instituições de pesquisa (como acontece no município de São Carlos em Santa Catarina), outros permanecem à margem desses processos (municípios de Sítio do Mato, BA), dependendo de saberes empíricos nem sempre suficientes para enfrentar os desafios contemporâneos da produção agrícola. Nesse contexto, iniciativas de formação continuada, cursos adaptados às realidades locais e políticas públicas voltadas à educação no campo assumem papel estratégico.

Os serviços de extensão rural, quando bem estruturados, configuram-se como instrumentos essenciais para a articulação entre teoria e prática. A presença de técnicos no campo, promovendo intercâmbios de experiências, dias de campo e oficinas participativas, favorece não apenas a difusão de tecnologias apropriadas, mas também a construção coletiva do conhecimento. Trata-se de um processo dialógico, no qual o saber científico e o saber tradicional se complementam, fortalecendo a autonomia dos agricultores (Figura 4).



Figura 4. Políticas públicas sustentando a transição. Fonte: elaboração própria (2026), com auxílio de IA (NotebookLM).

Entretanto, é importante reconhecer que a difusão tecnológica no meio rural não ocorre de forma neutra ou linear. Aspectos socioculturais influenciam significativamente esse processo, incluindo dinâmicas de competição, desconfiança e, em alguns casos, sentimentos como a inveja. Em determinadas comunidades, práticas bem-sucedidas podem não ser prontamente

compartilhadas, seja por receio de perda de vantagem competitiva, seja por tensões interpessoais historicamente construídas. Essa “barreira invisível” à circulação do conhecimento limita o potencial de expansão de inovações agroecológicas e evidencia que a difusão tecnológica é também um fenômeno social, permeado por relações de poder, identidade e reconhecimento.

Diante desse cenário, torna-se fundamental estimular ambientes colaborativos, baseados na confiança, na solidariedade e na valorização das experiências locais. Estratégias como redes de agricultores, associações, cooperativas e metodologias participativas de ensino-aprendizagem podem contribuir para superar essas barreiras, promovendo uma cultura de compartilhamento e construção coletiva.

Assim, mais do que garantir o acesso à informação, é necessário qualificar os processos de sua circulação e apropriação. A agroecologia, nesse sentido, não se consolida apenas como um conjunto de técnicas, mas como um movimento que exige diálogo, cooperação e transformação social. Ao fortalecer os canais de comunicação e aprendizagem, cria-se um ambiente mais favorável para que os agricultores avancem com segurança em suas trajetórias, transformando desafios em oportunidades e conhecimento em instrumento de emancipação.

9.3. Viabilidade econômica, acesso ao crédito e estratégias de resiliência na transição agroecológica

Os desafios econômicos associados à adoção da agroecologia se configuram como um dos principais entraves à sua expansão, revelando-se complexos e multifacetados. A transição de sistemas convencionais para modelos produtivos baseados em princípios agroecológicos implica, frequentemente, em custos iniciais elevados, incertezas quanto ao retorno econômico e necessidade de reestruturação do manejo produtivo. Nesse contexto, muitos agricultores, especialmente os de base familiar, questionam a viabilidade dessa mudança, diante de um cenário financeiro já marcado por limitações.

A dificuldade de acesso a crédito rural adequado agrava ainda mais esse quadro. Instituições financeiras, em sua maioria, mantêm critérios de financiamento alinhados ao modelo convencional de produção, priorizando sistemas intensivos em insumos externos e de retorno mais imediato. Tal lógica desconsidera os benefícios de médio e longo prazo proporcionados pela agroecologia, como a melhoria da fertilidade do solo, a redução da dependência de insumos e o fortalecimento da autonomia produtiva. Essa assimetria evidencia a necessidade de reorientação das políticas de crédito, de modo a contemplar a diversidade de sistemas produtivos e reconhecer o valor estratégico da sustentabilidade (Figura 5).



Figura 5. A lacuna regulatória: a ponte faltante. Fonte: elaboração própria (2026), com auxílio de IA (NotebookLM).

Sob uma perspectiva mais humanizada, observa-se que, diante dessas limitações, muitos agricultores desenvolvem estratégias criativas para viabilizar economicamente suas atividades. Os circuitos curtos de comercialização, por exemplo, têm se destacado como alternativa promissora, permitindo a venda direta ao consumidor e a eliminação de intermediários. Essa aproximação fortalece relações de confiança, agrega valor aos produtos e possibilita maior estabilidade financeira. Em feiras locais e mercados comunitários, não se comercializam apenas alimentos, mas também histórias, identidades e vínculos

sociais, conferindo aos produtos um valor simbólico que ultrapassa o aspecto meramente econômico (Figura 6).

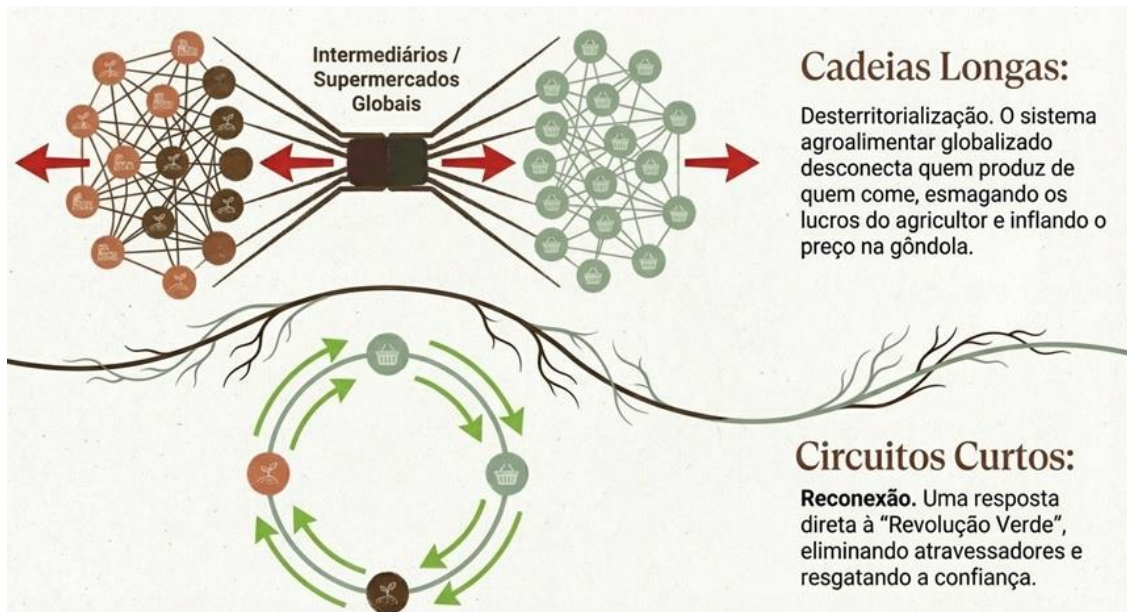


Figura 6. Cadeias longas e circuitos curtos. Fonte: elaboração própria (2026), com auxílio de IA (NotebookLM).

Outra estratégia relevante é a diversificação produtiva, que reduz riscos financeiros ao distribuir a dependência econômica entre diferentes culturas. Além de favorecer a resiliência dos agroecossistemas, essa prática amplia as possibilidades de inserção em mercados variados, contribuindo para a estabilidade da renda. Contudo, sua implantação requer conhecimento técnico e planejamento, o que reforça a importância da assistência técnica e da capacitação continuada.

Experiências práticas demonstram que a organização coletiva, por meio de cooperativas e associações, desempenha papel fundamental na superação desses desafios. Ao compartilhar recursos, conhecimentos e estratégias de comercialização, os agricultores ampliam sua capacidade de enfrentar adversidades e acessar oportunidades. A troca de experiências, nesse sentido, não apenas reduz riscos, mas também fortalece o sentimento de pertencimento e cooperação.

Assim, embora a dimensão econômica represente uma barreira significativa, ela também revela um campo fértil para inovação e transformação.

A agroecologia desafia a lógica produtivista convencional ao propor uma economia baseada na diversificação, na proximidade entre produtor e consumidor e na valorização dos recursos locais. Nesse processo, as limitações financeiras podem ser ressignificadas como estímulo à criatividade e à construção de modelos mais sustentáveis, resilientes e socialmente justos.

9.4. Diversidade regional, inovação social e resistência cultural na construção da agroecologia

A expansão da agroecologia no Brasil tem sido impulsionada por um movimento crescente de agricultores, coletivos e comunidades que desafiam os paradigmas estabelecidos da agricultura convencional. Em diferentes regiões do país, emergem experiências que, mesmo diante de adversidades, demonstram a viabilidade de sistemas produtivos mais sustentáveis. Em um contexto de intensificação das crises ambientais, cada iniciativa agroecológica representa não apenas uma alternativa técnica, mas também uma forma de ressignificar as relações entre sociedade, natureza e produção de alimentos.

Entretanto, a adoção dessas práticas ocorre de maneira heterogênea, refletindo a diversidade geográfica, climática, cultural e socioeconômica do território brasileiro. Regiões como o semiárido nordestino, por exemplo, apresentam desafios específicos, como a escassez hídrica e a irregularidade das chuvas, que exigem estratégias adaptativas e maiores resiliência por parte dos agricultores. Nesses contextos, a agroecologia se configura simultaneamente como um desafio e uma oportunidade, demandando inovação, conhecimento local e capacidade de experimentação.

A trajetória de agricultores familiares representa de forma emblemática essa complexidade. Ao adotar práticas como o consórcio de culturas para recuperar a fertilidade do solo, eles não apenas promovem melhorias agrônômicas, mas também enfrentam resistências de ordem sociocultural. O ceticismo de vizinhos, muitas vezes fundamentado em desinformação ou na valorização de modelos tradicionais, evidencia que a transição agroecológica extrapola a dimensão técnica, configurando-se como um processo social que envolve disputas de valores, percepções e identidades. Nesse sentido, a adoção

da agroecologia pode ser compreendida como um ato de coragem e inovação, especialmente em contextos onde predomina uma visão produtivista consolidada (Figura 7).



Figura 7. O risco da cooptação: transições benéficas *versus* cosméticas. Fonte: elaboração própria (2026), com auxílio de IA (NotebookLM).

Por outro lado, regiões com maior acesso a tecnologias, infraestrutura e mercados, como parte do Sul e Sudeste do país, apresentam oportunidades diferenciadas, embora também enfrentem limitações, como a dificuldade de inserção em mercados que reconheçam e valorizem os produtos agroecológicos. Experiências desenvolvidas em estados como Minas Gerais demonstram que a construção de circuitos curtos de comercialização tem sido uma estratégia eficaz para aproximar produtores e consumidores, agregando valor aos produtos e fortalecendo economias locais.

Essas iniciativas evidenciam que a superação dos desafios econômicos e sociais está profundamente relacionada à capacidade de articulação coletiva, à troca de saberes e à construção de redes de apoio. A disseminação de experiências bem-sucedidas exerce um efeito multiplicador, incentivando outros agricultores a experimentarem práticas inovadoras e contribuindo para a consolidação de um movimento agroecológico mais amplo.

Assim, a agroecologia no Brasil deve ser compreendida como um processo dinâmico e territorializado, no qual a diversidade de contextos constitui,

ao mesmo tempo, um desafio e uma riqueza. As experiências locais, ainda que pontuais, revelam um potencial transformador significativo, indicando que, por meio da criatividade, da cooperação e da valorização dos saberes tradicionais, é possível construir caminhos sustentáveis, resilientes e socialmente inclusivos para a agricultura.

9.5. Dimensões culturais, saberes tradicionais e reconhecimento institucional na agroecologia

As dimensões culturais exercem papel central na transição para sistemas agroecológicos, evidenciando que a agricultura não se limita a um conjunto de técnicas produtivas, mas constitui também uma expressão de valores, identidades e modos de vida. Em diversas comunidades tradicionais, especialmente entre povos indígenas, práticas agrícolas historicamente consolidadas revelam profunda consonância com os princípios da agroecologia. Tais práticas integram o manejo sustentável dos recursos naturais à espiritualidade, à cosmovisão e ao respeito à terra, configurando-se como sistemas complexos de conhecimento que ultrapassam a lógica produtivista convencional.

Nesse contexto, a resistência à adoção de modelos agrícolas baseados em insumos externos e monoculturas não representa atraso, mas sim uma estratégia de preservação cultural e ecológica. Ao manterem seus saberes ancestrais, essas comunidades contribuem para a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos e a construção de sistemas produtivos mais resilientes. Assim, a agroecologia, longe de ser uma inovação recente, pode ser compreendida, em muitos casos, como a revalorização de práticas historicamente desenvolvidas e adaptadas aos diferentes territórios.

Entretanto, apesar de sua relevância, esses conhecimentos ainda enfrentam desafios significativos no que diz respeito ao reconhecimento institucional e acadêmico. O predomínio de uma racionalidade científica hegemônica, frequentemente orientada por critérios produtivistas e de curto prazo, tende a marginalizar saberes não formalizados, dificultando sua incorporação em políticas públicas, programas de pesquisa e ações de extensão

rural. Esse cenário revela uma assimetria de poder no campo do conhecimento, na qual experiências locais e tradicionais são, muitas vezes, subestimadas ou invisibilizadas.

A trajetória de agricultores que optam pela agroecologia, como no caso anteriormente exemplificado, evidencia que a adoção dessas práticas envolve não apenas desafios técnicos e econômicos, mas também a superação de barreiras simbólicas e culturais. O enfrentamento de olhares céticos e de discursos deslegitimadores demonstra que a transição agroecológica é, igualmente, um processo de afirmação identitária e de resistência frente a modelos dominantes (Figura 8).



Figura 8. A função social na prática (Art. 186). Fonte: elaboração própria (2026), com auxílio de IA (NotebookLM).

Diante disso, torna-se urgente a construção de políticas públicas e estratégias institucionais que reconheçam e valorizem a diversidade de saberes existentes no campo. A promoção de diálogos interculturais entre ciência e tradição, bem como o fortalecimento de espaços participativos, são fundamentais para a consolidação de um modelo agrícola mais inclusivo e sustentável.

As experiências de resistência e inovação protagonizadas por agricultores e comunidades tradicionais revelam um horizonte de possibilidades pautado na esperança e na transformação. Cada prática preservada, cada

conhecimento compartilhado e cada sistema agroecológico implementado representam não apenas uma alternativa produtiva, mas um compromisso com um futuro mais equilibrado, justo e em harmonia com a natureza.

9.6. Considerações

A análise dos desafios e obstáculos enfrentados pela agroecologia evidencia que sua consolidação não depende exclusivamente de avanços técnicos, mas, sobretudo, de transformações estruturais, institucionais e socioculturais. Ao longo deste capítulo, foi possível compreender que a resistência institucional, a limitação no acesso à informação, as dificuldades econômicas, as desigualdades regionais e as barreiras culturais constituem elementos interdependentes que influenciam diretamente a adoção e a expansão de práticas agroecológicas.

Entretanto, esses desafios não devem ser compreendidos apenas como entraves, mas também como oportunidades de reflexão e transformação. A resistência encontrada nos diferentes níveis, desde as políticas públicas até as relações comunitárias, revela a necessidade de reconfiguração dos modelos de desenvolvimento rural, historicamente baseados em uma lógica produtivista, homogêneos e excludentes. Nesse sentido, a agroecologia se apresenta não apenas como uma alternativa técnica, mas como um paradigma que propõe a integração entre sustentabilidade ambiental, justiça social e viabilidade econômica.

As experiências relatadas ao longo do capítulo demonstram que, mesmo em contextos adversos, agricultores e comunidades têm desenvolvido estratégias inovadoras, baseadas na cooperação, na diversificação produtiva, na valorização dos saberes locais e na construção de redes de apoio. Essas iniciativas reforçam o papel da ação coletiva como elemento central na superação de barreiras e na construção de sistemas agrícolas mais resilientes.

Além disso, torna-se evidente a importância de políticas públicas mais inclusivas, de sistemas de crédito adaptados às realidades agroecológicas, e de programas de extensão rural que promovam a integração entre conhecimento científico e saberes tradicionais. A democratização do acesso à informação e o

reconhecimento da diversidade cultural no campo são condições essenciais para fortalecer esse processo de transição.

Por fim, a agroecologia emerge como um caminho possível e necessário diante dos desafios contemporâneos, especialmente no contexto das crises ambientais e sociais. Sua consolidação exige compromisso coletivo, abertura ao diálogo e disposição para a mudança. Mais do que superar obstáculos, trata-se de construir novas formas de produzir, viver e se relacionar com a terra, pautadas no respeito, na equidade e na sustentabilidade.